

1 Introdução

1.1. Muitas em *uma* “tradição”

É praticamente um consenso que o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Itamaraty, é uma instituição com forte proeminência quando se trata de formulação e execução de política externa brasileira. Esta presença de peso na arena decisória é descrita e caracterizada por termos distintos: alguns apontam que o Itamaraty é o principal ator de política externa, ainda que seu exercício tenha que ser autorizado pelo presidente¹ e compartilhado com outras instâncias de poder, como o legislativo²; outros atribuem ao Itamaraty uma força de coordenação e regulamentação da área capaz de gerenciar possíveis tentativas de fragmentação da agenda e do exercício de atuação internacional brasileira³; alguns chegam mesmo a imputar a esta instituição o domínio das decisões de política externa, da forma que os seus rumos e diretrizes passam a ser associados a idéias e ações de embaixadores e ministros⁴.

Indicar a existência de uma forte proeminência da instituição parece, contudo, ser apenas o único ponto consensual nessa literatura. Ao analisarem períodos históricos distintos, estudiosos da política externa brasileira sinalizam diferenças quanto às causas, ao tipo e extensão dessa proeminência, tentando caracterizar o grau de “autonomia” ou de “isolamento” do qual o Ministério das Relações Exteriores desfruta de acordo com a sua percepção da dinâmica e da composição da arena decisória brasileira para assuntos de política externa.

É fato que o trabalho de Zairo Borges Cheibub, “Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica”⁵, conferiu certa unidade a esta narrativa. A análise apresentada neste trabalho sobre o processo de formação

¹ Lima, 2000.

² Alexandre, 2002.

³ Pinheiro, 2009.

⁴ Rodrigues, 1995, especialmente o capítulo 2.

⁵ Cheibub, 1985. Ver também Cheibub, 1984.

do Itamaraty enquanto instituição ao longo do século XX sublinhou a relação entre a importância do processo de formação de uma instituição e a maneira como ela se organiza e como se relaciona com os demais atores do cenário político. A autonomia desfrutada pelo Itamaraty na arena decisória, como o próprio Cheibub coloca, passou a ser entendida como resultado do seu processo de burocratização e institucionalização⁶, fato este que passou a lhe conferir coerência e legitimidade à organização frente a outras instâncias decisórias.

Se o argumento desenvolvido no trabalho de Cheibub é instrumentalizado para explicar a formação do Itamaraty enquanto instituição moderna, diferentes versões são estabelecidas para explicar a existência de características associadas ao MRE, tais como sua estabilidade, coerência e coesão. Contudo, não basta apenas analisar como uma instituição se forma e sobrevive⁷; muitas vezes precisamos entender como ela se mantém estável e como ela lida com mudanças ao longo do tempo de forma a manter sua identidade, força e coesão. Para muitos, a resposta ao problema da estabilidade e da coesão em relação ao Itamaraty é bastante clara: esta é função da *tradição* da instituição. É a tradição da “Casa de Rio Branco” que mantém a coesão e a unidade do Itamaraty. É a tradição que confere uniformidade ao pensamento e à formação de seus membros. E, muitas vezes, é também a tradição que explica os rumos e as decisões tomadas no âmbito da política externa brasileira. É a tradição, algo indefinido, mas vivamente presente no discurso diplomático, que organiza, explica e constrange o pensamento e a atuação dos diplomatas, especialmente os diplomatas de carreira, mas também os operadores que estão ligados de alguma forma ao Itamaraty.

Além de presentes no discurso e no “pensamento diplomático”⁸, a idéia da “tradição” e suas diversas funções no âmbito institucional do Itamaraty encontram ecos em trabalhos acadêmicos da área. Quando a tradição explica, ela o faz por meio das tendências e dos rumos da política externa, que precisam estar em um campo delimitado pela tradição para se justificarem politicamente. Nesse sentido, alguns trabalhos de política externa brasileira estimulam a compreensão de que a política externa pode ser explicada por meio de regularidades e generalizações

⁶ Cheibub, *op. cit.*, p.1-2.

⁷ Hall, 1996; Thelen, 2008; Levitsky & Murillo, 2009; Schmidt, 2008 e 2010.

⁸ Ver definição deste conceito em Vargas, 2009, p.9.

inseridas dentro de uma forma adaptada de estruturalismo histórico⁹. Se há uma “força profunda”¹⁰ conduzindo a dinâmica da história, há possibilidade de existir um padrão que corresponda ao desenvolvimento e à organização dos períodos históricos¹¹. Dentro desta interpretação, a política requer a ação do homem na leitura e na interpretação dessas forças profundas, as quais agem sobre ele independentemente de sua consciência e que determinam as fronteiras do seu campo de ação. Nesse sentido, esse estruturalismo politizado por um tipo limitado de ação do homem em seu papel de intérprete pode nos fazer ou tentar nos fazer compreender que parte do trabalho acadêmico no campo da história das relações internacionais perpassa pela

[...] avaliação do conhecimento e a complementação de suas lacunas, conduzidas pelo método próprio das ciências históricas, [que] tiveram por fim a descoberta, a descrição e a compreensão das tendências da política externa brasileira nos dois últimos séculos.¹²

As interpretações de Jean-Baptiste Duroselle, a quem devemos, juntamente com Pierre Renouvin, o conceito analítico de “forças profundas”, são formuladas em um momento em que o apelo ao estruturalismo, em uma oposição à história de acontecimentos, foi diluído em uma nova problemática: como recuperar a ação do homem na história? Por isso, Duroselle clama por uma história de acontecimentos que não seja simplesmente de dados ou fatos, mas sim de eventos que adquirem significância se percebidos por duas óticas: pela perspectiva das regularidades, generalizações e das estruturas, e da atuação do homem perante as forças históricas que agem sobre ele. O autor, portanto, tenta inserir a ação do homem em um sistema que ainda percebe a dinâmica histórica pautada por possibilidade de generalizações, embora não adote nenhuma forma específica de filosofia da história. O resultado lembra, apesar disso, a filosofia da história hegeliana, na qual os homens bem-sucedidos são aqueles que atuam no sentido de realizar os desígnios da *Idee*, auto-realizando-os. No caso do pensamento de Duroselle e da escola francesa de relações internacionais, o agente

⁹ Renouvin, e Duroselle, 2000; Duroselle, 2000, especialmente capítulo 15; Cervo & Bueno, 2008.

¹⁰ Idem.

¹¹ Por isso, grande parte dessa literatura preocupa-se em definir os critérios de periodização. Ver, por exemplo, Cervo, 1993 e Rodrigues, *op. cit.*, p.35.

¹² Cervo & Bueno, *op.cit.*, p.13.

histórico precisa perceber o caráter das “forças profundas” para entender o fenômeno no qual está inserido e atuar sobre ele da maneira mais eficaz.

As “forças profundas” têm o potencial, assim, de tornar-se uma categoria¹³ analítica justificadora da leitura da história da política exterior brasileira como um sistema baseado na mudança e na continuidade, ou melhor, em padrões de generalizações que comportam permanência e rupturas. Se há uma força profunda organizando a dinâmica histórica, é bem possível que as ações do Itamaraty desde a sua constituição sejam caracterizadas pelo distanciamento ou pela aproximação na leitura do que propõe tal força profunda pelos homens de Estado e membros da instituição diplomática. Isso possibilita o resgate e a defesa de projetos políticos, os quais adquirem status de atemporalidade e de ausência de contingência quando inseridos numa narrativa pautada pela ação das forças profundas sobre os homens e por sua organização das dinâmicas históricas. Assim, por exemplo, virar-se para a América do Sul na década de 1990 e nos anos 2000 podem ser lidos como nada mais que a recuperação de uma tendência histórica de associação da região:

Sintetizando: em função de sua geografia, de sua experiência histórica e da linha de continuidade de sua ação diplomática o Brasil está à vontade e em casa com o componente sul-americano de sua identidade internacional, que é uma “força profunda”, de natureza positiva, na sua política externa. O contexto da vizinhança, em contraste, por exemplo, com os da China, da Índia e da Rússia – como o Brasil países de escala continental – é um contexto favorável para a organização do

¹³ Koselleck, 2006, p. 142-3 e 305-6. Koselleck é o principal autor da *Begriffsgeschichte*, abordagem analisada no capítulo seguinte. Nesse momento é importante ressaltar a diferença que Koselleck estabelece em termos de função entre “conceitos” e categorias do discurso científico e acadêmico. Para o autor, o historiador “[a]o transformar esses vestígios [do passado] em fontes [...] ou ele analisa fatos que foram anteriormente articulados pela linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada.” (Koselleck, *op. cit.*, p. 305) Contudo, na análise do trabalho historiográfico, pode haver uma confusão entre a utilização de um conceito em um documento histórico e sua apropriação pelo historiador na explicação de um problema que pode envolver ou não este documento. Por exemplo, embora a palavra “Estado” possa ter conotações diferentes em determinados documentos e períodos históricos, é difícil que o historiador se abstenha de usá-la em sua análise apesar dessa multiplicidade de significados. Assim, no momento em que esta é manipulada pelos historiadores – ou pelos demais cientistas sociais – estes precisam estar conscientes dessa multiplicidade de significados e fazer um uso analítico desse conceito. Esta é a tensão que se expressa na nossa análise do conceito de “tradição” quando este passa a ser utilizado e manipulado em trabalhos científicos e/ou com caráter acadêmico.

espaço da América do Sul, e foi por esta razão que o governo brasileiro promoveu a reunião de Brasília [...].¹⁴

Note, portanto, que a justificativa de uma decisão política – a reunião de Brasília com os presidentes sul-americanos no ano 2000 – aqui é explicada à luz da permanência do que o autor denomina do seu “componente sul-americano”. Este é caracterizado numa chave de determinismo geográfico, como a “circunstância” brasileira de inserção internacional¹⁵, a qual esteve sempre disponível aos homens de Estado, mas que só foi resgatada na gestão do próprio autor enquanto chanceler do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta decisão está ligada, portanto, a tomada de consciência pelos responsáveis em matéria de política externa de que o processo de integração regional com a América do Sul é um caminho natural a ser seguido.

Um século que se abriu vendo um Brasil ainda territorialmente inacabado e politicamente isolado em seu próprio continente terminou com um Brasil que parece ter compreendido que o seu projeto de desenvolvimento depende fundamentalmente, no plano externo, da rede de ligações que ele soube tecer em razão da sua identidade mais evidente, a sua sul-americanidade – em outras palavras, que o seu *devenir* está em função do seu *ser* e que esse ser não poderia se reduzir a uma identidade amorfa com o Terceiro Mundo ou com a “América Latina”. *Para isso, a diplomacia desempenhou o seu papel, mantendo a tradição: o Brasil, criação da diplomacia, fica um pouco mais próximo de garantir o seu futuro graças a uma tomada de consciência ontológica que foi em parte uma reinvenção diplomática.*¹⁶

Portanto, se a “força profunda” permite instaurar uma linha de continuidade entre dois pontos no tempo, mesmo que esta ligação esteja imperceptível aos olhos dos contemporâneos e dependa de uma tomada de consciência, ela também permite, quando associada à idéia da força da tradição, paradoxalmente, retirar o conteúdo de temporalidade e contingência das decisões e dos projetos políticos. É pelo fato de o Barão do Rio Branco, ex-chanceler e patrono do Itamaraty, ter se referido à América do Sul na primeira década do século XX, que o relacionamento com esta região pôde, na narrativa acima, se

¹⁴ Lafer, 2007, p.62.

¹⁵ Lafer, 2000, p.261.

¹⁶ Danese, 2001, p.68, grifo meu.

tornar uma força profunda no campo de política externa. Assim, é por ela possuir um referencial na narrativa de tradição da instituição que ela pode ser entendida como uma tendência a ser recuperada.

Quando a tradição explica, ela também legitima. Ou retira a legitimidade de alguma decisão do Itamaraty. Ao longo do século XX, a aprovação de uma decisão política muitas vezes foi condicionada à percepção de que ela participava ou não dos cânones tradicionais da ação internacional do Brasil. Por exemplo, também durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a tradição tornou-se um fundamento de legitimidade, fato que foi explicitado tanto pelos grupos de oposição, quanto pelos próprios operadores¹⁷. Foi comum presenciar, nos meios de comunicação, debates acerca das decisões de política externa em que a conformidade ou não à tradição representava, respectivamente, um *asset* ou um prejuízo institucional:

A política externa é atribuição do Poder Executivo e, como tal, está subordinada ao presidente da República. Em governos anteriores, as decisões nessa área levavam em conta o conhecimento técnico dos diplomatas de carreira, a tradição brasileira e os princípios universalmente consagrados da convivência pacífica entre os povos. Essa tradição foi rompida ao se delegar a política externa aos humores dos radicais esquerdistas. [...] O Executivo tem todo o direito de buscar suas preferências em política externa e – desde que isso tenha sido abertamente discutido na campanha eleitoral – fazer guinadas nos rumos da diplomacia. *Os limites dessas manobras, porém, são dados pela tradição diplomática do país e pela persecução dos interesses nacionais permanentes [...]*.¹⁸

Quando utilizada no discurso político, especialmente se referida a um critério de medição de qualidade do governo em questão, a “tradição” tem a capacidade de estabelecer parâmetros pelos quais as ações de um governo passariam a ser avaliadas. Nesse sentido, o partidarismo e a ideologização são

¹⁷ A categoria “operador de política externa” foi adotada de forma a não restringir os agentes à posição de diplomatas. Os operadores, portanto, seriam aqueles autorizados a falar e agir em matéria de política externa em nome do Estado; por isso mesmo, é uma categoria que *a priori* consideramos majoritariamente composta pelos membros da burocracia diplomática, que por muito tempo exerceu o domínio sobre essa seara. Em certo sentido, possíveis operadores de política externa não pertencentes a essa burocracia só podem compartilhar desse capital simbólico uma vez reconhecidos e autorizados pela corporação diplomática.

¹⁸ SCHELP, D. Bandeiras Ideológicas. *Veja*, edição 2151, 10/02/2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/100210/bandeiras-ideologicas-p-052.shtml>. Acesso em: 04/04/2010, grifo meu.

utilizados, na passagem acima, como critérios incorporados pelos parâmetros de avaliação que compõem o conceito de “tradição”. Nesse caso, a passagem citada afirma que o governo Lula, além de não respeitar os limites impostos pela “tradição” no campo de atuação internacional (segundo os critérios pela qual ela é construída estrategicamente nesse discurso), não aproveita outra faceta da tradição do Itamaraty, isto é, seu quadro “técnico”.

O interessante é constatar que, ao se defenderem deste tipo de críticas, os operadores de política externa do governo Lula, nosso exemplo em questão, não questionam as bases da tradição ou sua pertinência na legitimação de uma escolha política. Pelo contrário, tentaram se defender dentro dos mesmos termos e princípios. Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral de Relações Exteriores do governo Lula, ao ser indagado pelo jornal Zero Hora se teria sido “doutrinário” em sua época de Itamaraty ao incentivar leituras de esquerda, responde que

[i]ncentivar leituras é uma coisa importante. Agora, de esquerda não é verdade. É uma coisa extraordinária achar que as pessoas no mundo vão ser doutrinadas porque leem. *Um dos livros que indiquei era a biografia de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.*¹⁹

Quando remetido à tradição, o debate ainda pode evocar os ditos “princípios tradicionais” da diplomacia brasileira, muitos dos quais remontariam à gestão do Barão de Rio Branco como chanceler (1902-1912). Tais princípios se apresentam como *gatekeepers* dos limites de uma atuação que esteja de acordo com a tradição diplomática, inflamam os debates²⁰ e tornam-se justificativas de decisões, princípios de conduta e/ou de resoluções de conflitos. Assim podem ser lidas, por exemplo, as críticas e as defesas do governo Lula na questão da cláusula

¹⁹ O BRASIL não pede licença. **Zero Hora**, 22/11/2009. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=2116>. Acesso em: 04/04/2010, grifo meu.

²⁰ Devemos encontrar que os termos desse debate não são limitados às disputas na arena política, mas que também encontram eco ocasionalmente em trabalhos da área acadêmica. É nesse sentido que entendemos a seguinte passagem escrita por um cientista político, em que este reproduz os argumentos – já vistos nesse capítulo – utilizados no tipo de discurso político em que a “tradição” é mobilizada: “Mas a diferença de agora é que podemos de fato consolidar os avanços acumulados nas últimas décadas desde que não se abra mão dos princípios clássicos da política externa brasileira como o de não intervenção e respeito aos direitos humanos e a democracia. Nenhum tipo de pragmatismo pode ser mais importante do que esses princípios, que em nada se confundem com o viés ideológico ocidentalista do período oligárquico ou da Belle Époque, quando alguns imaginavam ser superiores aos vizinhos.” Coutinho, M. A América do Sul na Política Externa Brasileira. **Valor Econômico**, 17/08/2009.

democrática e da defesa do princípio democrático no debate sobre a entrada da Venezuela de Hugo Chávez no Mercosul²¹, na questão da não-intervenção no caso do abrigo concedido ao então presidente de Honduras, Manuel Zelaya, na embaixada brasileira no país e na polêmica sobre o relacionamento e reaproximação com o Irã e a defesa dos direitos humanos²².

A utilização destes exemplos tem como objetivo apontar para o fato de que a *tradição* pode atuar tanto como *conceito* no discurso político quanto como *categoria analítica* quando apropriado por pesquisadores e acadêmicos que por vezes não destilam ou mesmo distinguem o seu caráter político²³. Nesse último caso, “tradição” pode exercer a função de um indicador e/ou um fator que explica uma série de características relacionadas com o conteúdo e a execução da política externa brasileira e com a atuação do Ministério das Relações Exteriores. Podemos, então, observar a utilização da idéia de “tradição diplomática”, por

²¹ Ver, por exemplo, entrevista com o ex-embaixador Roberto Abdenur sobre a entrada da Venezuela no Mercosul. ARRUDA, R. É um erro trágico da política externa. **Estado de São Paulo**, 29/10/2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091029/not_imp458122.0.php. Acesso em: 04/04/2010.

²² Ver, por exemplo, entrevista com o chanceler Celso Amorim sobre os rumos da política externa brasileira. SIMON, R. É um absurdo achar que o Brasil é pró-Irã ou que está isolado. **Estado de São Paulo**, 25/04/2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100425/not_imp542722.0.php. Acesso em: 04/04/2010.

²³ Alguns autores tangenciaram esse problema ao reconhecer que houve uma simbiose entre os temas tratados pela academia e aqueles que seriam *policy relevant* para os operadores de política externa. O diagnóstico dessa observação é claramente expresso pelo diplomata Gelson Fonseca Jr. Em uma passagem sobre o trabalho do autor, Alexandra de Mello e Silva afirma que “[t]al aspecto não é de se estranhar pois, como observa Fonseca Jr., a reflexão intelectual, nesse campo, acompanhou quase sempre as prioridades da política externa, de tal forma que as “angústias” do pesquisador estavam sempre muito próximas das dos formuladores oficiais, sendo uma análise da produção acadêmica sempre muito reveladora do que pensava e fazia o Estado.” (Silva, 1998, p.140) Essa relação, segundo a autora, tenderia a diminuir à medida que se criasse um lugar específico para a análise dos temas em questão produzindo, dessa forma, um espaço de separação entre a ação política e a análise acadêmica de tal ação. Podemos, contudo, afirmar que o diagnóstico da autora pode estar ainda parcialmente correto, mas que seu prognóstico não se mantém. Mesmo com a criação e institucionalização de lugares específicos para a produção de conhecimento de política externa – como os programas de ciência política e, mais especificamente, os institutos de relações internacionais – a simbiose permanece. Especialmente nas últimas décadas, a adoção de argumentos apregoados pelos discursos oficiais por analistas de política externa manteve-se e se deu em larga medida pela aceitação da concepção de que a nossa política externa seria pautada pela continuidade e pela coerência, alimentada por valores fundamentais (como o pacifismo, a defesa da soberania e a aquiescência ao direito internacional, entre outros) e orientada por uma visão grotiana do sistema internacional. (Goffredo Junior, 2005) Todos estes, por sua vez, seriam marcas e princípios de uma suposta tradição que orienta a prática diplomática brasileira e cuja coerência dá-se pela forma como estas posições são propagadas pelos operadores de política externa.

exemplo, como uma circunstância brasileira de atuação internacional²⁴ ou como um determinante das propostas e do comportamento do MRE²⁵.

Um conceito político que procura se apresentar como apolítico e atemporal desempenha, assim, várias funções nos discursos em que é empregado: pode explicar retrospectivamente uma determinada escolha e/ou uma ação, ordenando-a racionalmente; tem a capacidade de legitimar ou não determinados projetos políticos, segundo critérios relacionados a uma suposta obediência ou desobediência dos princípios que a caracterizariam; de constranger a utilização de determinados argumentos e políticas quando não de acordo com seus princípios e de conferir coesão ao pensamento e ao discurso diplomático²⁶ e político daqueles ligados à instituição promotora desta tradição.

Neste trabalho, argumento que o apelo destas dimensões e possibilidades advindas do emprego do conceito de “tradição” em discursos políticos está relacionado ao fato de que a política externa brasileira é identificada com a atuação proeminente do Ministério das Relações Exteriores, isto é, com a ação e pensamento de seus atores, com seus projetos e suas idéias. Por outro lado, afirmo que a idéia de *tradição* é, na verdade, produto de um mecanismo que confere coesão e estabilidade à instituição por meio da construção de uma memória institucional que tem a capacidade de racionalizar a história institucional através de um ponto de perspectiva política no presente. É porque a tradição resulta de um processo contínuo de (re)construção e atualização dessa memória institucional e por ser este processo dissociado dos limites da própria instituição e da vontade e ação de seus atores que a tradição, quando manipulada em um discurso político, consegue explicar, propor, legitimar e inibir o discurso e o pensamento dos atores do campo de política externa brasileira.

²⁴ Ver, por exemplo, Ribeiro, 2006, p.74.

²⁵ Ver Coutinho, *op. cit.*

²⁶ A utilização da expressão “discurso diplomático” não só não é aleatória como pretende marcar a diferença entre esta e a expressão “discurso de diplomatas”. O discurso diplomático pode ser elaborado por operadores de política externa que não pertençam à carreira diplomática e que, mesmo assim, estejam autorizados a falar de política externa. Esta é uma distinção importante mesmo hoje em dia quando a idéia de insulamento da corporação diplomática no processo de formulação e implementação é amplamente utilizada para caracterizar o conteúdo da política externa brasileira, uma vez que mesmo essa premissa já está sendo disputada por trabalhos que apontam a inverossimilhança do termo “insulamento”. Ver Pinheiro, 2009.

Defendo, portanto, que parte do apelo evocado pela utilização do conceito de “tradição” no discurso político resulta do fato de ela não possuir um caráter contingente e de ela ser dissociada, no pensamento brasileiro sobre política externa, do processo de contínua elaboração da memória institucional. Nesse sentido, a racionalização do passado, embora operada a partir de um ponto no presente, tem como objetivo dissimular sua temporalidade e garantir a aparência de continuidade à instituição, aos atores e aos projetos a ela associados. A partir desta leitura, podemos observar a construção da história intelectual do Itamaraty como um destes mecanismos de construção da memória institucional e um dos instrumentos que pretendem, ainda no próprio processo de socialização de seus membros, produzir coesão e estabilidade através da reafirmação de patronos, heróis e anti-heróis e de idéias fundamentais que estes ajudaram a configurar. Pois, como pode-se observar da afirmação de Samuel Pinheiro Guimarães, colocar a biografia do Rio Branco como leitura em um programa de estudos do Instituto Rio Branco é indicativo da adesão a esta memória institucional.

1.2. A construção da memória institucional

Como opera a contínua construção da memória institucional? Como o conto de Borges metaforicamente propõe²⁷, esquecer-se é uma necessidade para a existência humana e, de acordo com Jacques Le Goff, a produção da memória é envolta mais por um processo de esquecimento do que de lembrança, movimento em que certos aspectos do vivido são ressaltados e encenados a partir de uma lógica própria ao indivíduo que a experimentou²⁸. A antropóloga Mary Douglas,

²⁷ Ver “Funes, el memorioso” (1944). Do mesmo autor, veja também “La Biblioteca de Babel” (1941).

²⁸ Na sua revisão sobre a história do pensamento sobre a memória, Le Goff afirma que parte importante do processo de se pensar a memória não mais como apenas capacidade mnemônica foi a elaboração da memória eletrônica, ponto a partir do qual “[...] os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” Le Goff, 1990, 427.

no livro “Como as instituições pensam”, descreve um quadro bastante claro de produção da memória institucional em que o esquecimento é parte fundamental. Esquecer-se para lembrar ou racionalizar para existir:

Remendar conscientemente e refazer são apenas uma pequena parte da moldagem do passado. Quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente. As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge como uma forma não-intencional, como resultado de praticas direcionadas a fins imediatos, práticos.²⁹

Embora não sejam entidades orgânicas, as instituições possuem algum nível de existência ao serem associadas a uma narrativa histórica, memória, identidade, heróis, etc... e adquirem existência física ao serem incorporadas em estruturas organizacionais. A existência de uma instituição através de suas normas, memória e de sua identidade, não resulta, porém, da vontade de um único indivíduo, mas sim do conhecimento intersubjetivo de grupos produzido e reproduzido por meio de um processo de construção institucional, no qual

[...] a sociedade hierárquica complexa precisará evocar muitos pontos de referência do passado. [...] Na medida em que houver pressão em relação a princípios coerentes de organização, as histórias justificatórias do passado serão amalgamadas e racionalizadas, como parte do processo social. A coerência e a complexidade, em se tratando da memória pública, tenderão a corresponder à coerência e à complexidade no nível social. [...]. Quanto mais a organização social for um grupo latente, consciente dos problemas organizacionais [...], mais seus membros invocarão uma historia de perseguições e resistências. A sociedade competitiva exalta seus heróis, a hierarquia exalta seus patriarcas e a seita, seus mártires.³⁰

Produzir memória, portanto, não é um ato apolítico. Pelo contrário. A definição do que se lembrará e o que se esquecerá é feita no meio das lutas políticas acerca de qual deverá ser o caráter da instituição, o que deverá ser destacado, resgatado, modificado ou renegado. E esta atividade tem relação direta

²⁹ Douglas, 1998, p.75.

³⁰ Ibidem, p.85-6.

com a complexidade da instituição que a produz; assim, quanto mais hierarquizada e competitiva, mais essa memória retornará aos pais fundadores e aos heróis da fundação - *de facto* ou simbólicos - da instituição. É, portanto, com base em projetos políticos do presente – que, por sua vez, estão relacionados com as barganhas políticas contemporâneas - que as memórias e, com elas, as identidades são construídas. Este é um ponto largamente discutido em trabalhos historiográficos uma vez que a escrita da história, como nos lembra De Certeau, também é uma atividade desenvolvida a partir de um ponto no presente e de um *lugar social*³¹. Assim, a história, seja esta incorporada em depoimentos orais, documentos textuais, imagéticos, etc. ou mesmo em monumentos, aponta para o processo de construção da memória e para a sua relação com a posição que um determinado agente ocupa em sua sociedade, isto é, em relação aos constrangimentos, possibilidades e interesses advindos do lugar social que ocupa e da sua formação como indivíduo.

Friedrich Kratochwil tem recuperado esta discussão para a sua área de atuação. O autor atenta para o fato de que a tradição é construída através da elaboração de narrativas históricas por meio da re-significação da memória coletiva, processo que forma a identidade de um agente, dá sentido às suas ações e ao mundo a que pertence. A força contida no processo de formação de uma identidade através da construção de uma memória coletiva é o principal objeto de estudo de Kratochwil em seu artigo “History, Action and Identity”³², no qual critica um uso descuidado da História no campo das Relações Internacionais. Preocupado com a recuperação da *praxis* política, Kratochwil disputa a idéia de

³¹ De Certeau, ao analisar a prática historiográfica, isto é, a escrita da história, argumenta que a produção de conhecimento histórico está correlacionada com o lugar ocupado pelo agente produtor, com os procedimentos da disciplina e com o texto elaborado. Destacar o lugar ocupado pelo agente de conhecimento é relevante, pois “[t]oda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam.” (De Certeau, 1983, p.66-67) O lugar social, portanto, quando incorporado na análise tem a capacidade de iluminar os constrangimentos e as possibilidade que são absorvidos na produção e se refletem nos “não ditos dos textos.

³² Kratochwil, 2006. A minha utilização da idéia de tradição como desenvolvida por Kratochwil não é por acaso. Além de ter como projeto de pesquisa atual estudar as relações entre História e Ciências Sociais, Kratochwil é o autor conhecido na área de Relações Internacionais que tem como proposta uma consciente apropriação dos trabalhos do contextualismo lingüístico, especialmente de Quentin Skinner e John Pocock, e da *Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck para tratar dos fenômenos sociais.

que a história pode ser utilizada pelos cientistas sociais como um “armazém de fatos”, lembrando o papel primordial da agência na transformação da memória em uma “história” - isto é, em uma narrativa que ordena fatos e percepções com um sentido específico, não necessariamente teleológico:

[...] how the knowledge of the past relates to practical choices in that ‘history’ is not simply a storehouse of fixed data, but a product of memory, which in turn is deeply involved in our constructions of identity and of the political projects we pursue.³³

Para Kratochwil, a importância de um uso consciente da história (*history*) está na iluminação do processo de produção de *estórias* (*stories*), no qual certos “fatos” são significados e narrativas são construídas. Centrar-se nesse processo de construção do passado poderia restituir à agência seu papel na elaboração de uma memória intimamente relacionada à constituição de identidades individuais e coletivas. O autor se aproxima da concepção de história enquanto uma *narrativa* produzida por agentes que possuem interesses e perspectivas próprios em sintonia com a concepção de Douglas acerca da produção da memória coletiva.³⁴ Para Kratochwil, esse processo de construção que conecta diacronicamente o passado ao presente é, portanto, orientado não só por problemas e questões do presente, mas especialmente pelos *projetos políticos* dos agentes envolvidos nessa atividade em um movimento que continuamente produz narrativas configuradas em memórias e, conseqüentemente, em identidades.³⁵

São, portanto, especificamente esses projetos políticos que orientam os agentes na produção de suas narrativas sobre a história individual e coletiva e que - apesar de estas serem constantemente elaboradas e re-elaboradas nos diversos presentes contemporâneos aos agentes produtores - adquire sensação de um fluxo de inevitável continuidade; dessa forma, há a produção da idéia de uma memória coerente e ordenada que se apresentam no processo de formação da identidade do agente, ao qual também é conferida a possibilidade de fazer uso dessa memória:

³³ Kratochwil, *op. cit.*, p.5.

³⁴ *Ibidem*, p.14.

³⁵ *Ibidem*, p.16. Importante notar que o uso da expressão “dyachronic link” por Kratochwil procura ressaltar que a construção da identidade através da produção de uma memória coletiva não é resultado de um processo linear.

[h]istory, defined as a ‘re-collection’ of all those things *worth remembering*, provides in itself the antidote (Nietzsche, 1954: 281) against the poison of an assumed necessity, of the logic of systems, of the ‘blind forces of the real’ (Nietzsche, 1954: 265) and the hopelessness that comes from the invention of a tradition which makes out of us only ‘epigones’ of a glorious but unreachable past.³⁶

A concepção de que este movimento de lembrança e esquecimento no processo de produção de memórias a nível individual e coletivo tem a capacidade de inventar, atualizar e re-significar o conteúdo da tradição é o ponto de partida dessa pesquisa. É justamente com base na produção de uma memória institucional que a tradição do Itamaraty é continuamente inventada. É, portanto, a partir dos projetos políticos contemporâneos e das lutas políticas dentro e fora do Itamaraty que os agentes escrevem e reescrevem a memória institucional e, com ela, a tradição, ocultando, por sua vez, a contingência de sua elaboração de forma a manter a sensação de continuidade e de coesão da instituição. Uma ressalva precisa ser feita.

A relação entre a construção da memória institucional do Itamaraty e a aparência de coesão e estabilidade tem sido pouco explorada no âmbito dos estudos de política externa brasileira. Muitas vezes “tradição” é um termo utilizado nos trabalhos como categoria analítica ou simplesmente como um conceito não problematizado. Um autor que inicia esse processo de problematização da construção da tradição pelo Itamaraty é Gustavo Sénéchal Goffredo Junior. O autor parte do trabalho de Cheibub sobre a formação da corporação diplomática para identificar a força da tradição e o privilégio conferido aos diplomatas na condução de temas de política externa brasileira. Goffredo Junior afirma, ampliando os argumentos de Cheibub, que

[d]evido ao alto grau de profissionalismo e ao *esprit de corps* dos diplomatas, coube a eles tomar a liderança no que se refere não apenas à execução, mas também à formulação da política exterior do país durante quase todo o período republicano. *Surge então a categoria dos “operadores/formuladores” que dialogam com elementos da “tradição” para conceber a política externa do país de acordo com as contingências do momento histórico em que vivem.* Não raro, esses indivíduos

³⁶ Kratochwil, *op. cit.*, p.16, grifo no original.

vão buscar nos princípios históricos da diplomacia o sustento para dar legitimidade à posição brasileira.³⁷

Goffredo Junior ressalta a relação entre as contingências do momento histórico e a capacidade de agência que os operadores de política externa possuem em seu diálogo com a tradição. Esse diálogo tem como principal objetivo, para o autor, conferir legitimidade às escolhas políticas quando estas são remetidas a “princípios históricos” perenes da tradição. Ao analisar a construção de uma tradição de respeito às normas internacionais pela diplomacia brasileira ao longo de uma série de participações brasileiras em mecanismos multilaterais de resolução de conflitos, Goffredo Junior argumenta que essa construção responde a necessidades políticas da diplomacia de forma a orientar e legitimar as escolhas políticas tomadas dentro “[...] de uma linha de continuidade de sua política externa que remonta aos tempos do início do processo de consolidação do próprio Ministério das Relações Exteriores nas primeiras décadas do regime republicano”.³⁸

Há algumas semelhanças entre a forma que Goffredo Junior percebe a construção da tradição e a maneira como desenvolvi meu argumento. Ambos acreditamos que a tradição pode ser utilizada no discurso político e ambos afirmamos que esse uso está relacionado aos projetos políticos contemporâneos dos agentes que mobilizam esse patrimônio diplomático a seu favor. Contudo, duas diferenças são fundamentais: em primeiro lugar, Goffredo Junior não se dedica a analisar o processo por meio do qual a tradição se torna flexível para ser utilizada no discurso político, isto é, seu processo de constante elaboração; em segundo, temos uma concepção diferente do que entendemos por “tradição”.

Goffredo Junior afirma entender por “tradição” o sentido que o historiador Eric Hobsbawm confere ao termo: tradições seriam deliberadamente inventadas³⁹ em tempos de grandes mudanças ou rupturas importantes, como o início da modernidade no século XIX para o historiador inglês. Contudo, o uso que

³⁷ Goffredo Junior, 2000, p.95, grifo meu.

³⁸ *Ibidem*, p.102.

³⁹ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” Hobsbawm, 1984, p.9.

Goffredo Junior faz da idéia de “tradição inventada” não esclarece como essa é mantida e produzida no plano das idéias; ele aponta a motivação para recorrer à tradição – especialmente a busca por legitimidade – mas não esclarece como os agentes produzem essa ligação com o passado e a atualizam para as suas necessidades do presente. As idéias, que fazem parte deste patrimônio diplomático simbólico ao qual ele se refere, aparecem dissociadas dos agentes que a utilizam a não ser pelo incentivo à busca de legitimidade.

Neste sentido, embora concorde com a acepção de Hobsbawm do termo *tradição* na medida em que também entendo que as tradições constroem ligações com o passado, seja de forma consciente e/ou inconsciente, distancio-me tanto do historiador quanto de Goffredo Junior. Em relação ao primeiro, porque não vejo necessariamente que as tradições precisem ser “o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social”⁴⁰. Essa concepção confere à “tradição” estabilidade e impessoalidade ao longo do tempo pois, após serem inventadas, elas se tornam estruturas sociais que atuam sobre a vida social. E, em relação ao segundo, não entendo a tradição como um patrimônio diplomático ao qual os operadores podem recorrer como um “armazém” de princípios e parâmetros sem a re-significar por meio desse uso e constantemente modificar o conteúdo da própria tradição.

1.3. O potencial de atualização da tradição

Diversas vezes li e ouvi, citada por diplomatas, a seguinte frase, atribuída ao embaixador Azeredo da Silveira: ‘A tradição do Itamaraty é saber se renovar’. De fato, tanto a renovação quanto a tradição são valores caros aos diplomatas brasileiros.⁴¹

Cristina Patriota Moura realizou um trabalho de campo de cerca de um ano no Instituto Rio Branco (IRBr). Seu objetivo era analisar o processo de socialização que este Instituto, criado em 1945, operava na vida dos jovens

⁴⁰ Hobsbawm, *op. cit.*, p.10.

⁴¹ Moura, 2007, p.15.

diplomatas. Sua conclusão aponta para o fato de que o Instituto Rio Branco é muito mais que simplesmente uma instituição de preparação acadêmica e técnica/profissional para os futuros diplomatas; é uma instituição que socializa os novos ingressos na carreira fazendo-os adquirir o *ethos* próprio ao corpo diplomático brasileiro por meio dos cursos, dos contatos com professores que futuramente poderão ser seus chefes, pelo contato com os códigos de conduta, comportamento e vestimenta e, especialmente, pela participação em cerimônias que marcam a vida no Instituto.⁴²

A autora argumenta que a corporação diplomática torna-se, ao longo do século XX, uma burocracia que mantém seu estatuto diferenciado perante os demais grupos e burocracias da sociedade brasileira e que parte crucial desse movimento advém do processo de socialização executado pelo IRBr. Seria através da atualização de signos, ritos e da própria memória institucional que o Itamaraty manteria a sua coesão e estabilidade enquanto instituição capaz de conferir ao seu corpo organizacional uma determinada identidade e posição dentro da sociedade brasileira. De fato, como expresso no discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do Dia do Diplomata em 1998:

É sempre um especial prazer, para mim, participar da celebração do Dia do Diplomata. Muito já se falou, e com justa razão, sobre a tradição de excelência do Itamaraty, que eu próprio conheci de perto como Ministro das Relações Exteriores. É essa tradição que celebramos no dia de hoje. (...) *É nesse espírito, o de uma diplomacia que sabe renovar a sua tradição de excelência colocando-se a serviço de um processo de transformações*, que convido os presentes a que me acompanhem em um brinde à grandeza da Casa de Rio Branco, ao compromisso inamovível dessa casa com o interesse do Brasil e à contribuição que saberá continuar a prestar ao destino histórico do povo brasileiro.⁴³

A idéia de renovação é cara à identidade institucional do Itamaraty. É graças a esse potencial de renovação que o Itamaraty alega poder se adaptar às mudanças e responder aos desafios colocados à instituição pelas mudanças no cenário doméstico e/ou internacional ao mesmo tempo em que conserva sua

⁴² Moura, *op. cit.*, p.19.

⁴³ *Ibidem*, p.33, grifo meu.

identidade institucional. E este, como se pôde observar nas palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não é um argumento utilizado apenas pelos diplomatas. Contudo, como a renovação da tradição de fato opera?

Os operadores de política externa agem em um ambiente densamente institucionalizado e com uma estrutura organizacional altamente hierarquizada e burocratizada. A produção e a socialização destes agentes ocorrem já nos primeiros anos de formação, quando estes realizam cursos no Instituto Rio Branco, a *Casa* de Rio Branco, período no qual são introduzidos no sistema simbólico que representa esta memória: o Barão do Rio Branco enquanto patrono fundador da moderna diplomacia brasileira; a figura de Joaquim Nabuco como herói, o primeiro embaixador em Washington e artífice de nossa amizade especial com os Estados Unidos (uma das importantes figuras do chamado paradigma “americanista”⁴⁴); e os seus anti-heróis, aqueles que trabalharam à margem dos projetos políticos da instituição, como Manuel de Oliveira Lima. Atuando nesse ambiente, os operadores de política externa produzem narrativas que orientam ou dão sentido às suas ações e ao seu pensamento – enfim, ao conteúdo de seus projetos políticos específicos⁴⁵ - através da apropriação e da atualização da memória institucional, uma vez que “[u]ma história, portanto, forma uma parte do decurso estratificado do tempo, no qual, consciente ou inconscientemente transmitida, ela é sempre de novo rearticulada”.⁴⁶

A memória institucional, por sua vez, agrega não só símbolos, concepções de ações e escolhas, mas também um arcabouço ideacional constantemente re-significado⁴⁷. Acredito que a apropriação e re-significação desse arcabouço ideacional seja parte principal do processo de atualização da memória institucional de forma a garantir a sensação de coesão, estabilidade e continuidade da instituição e, por conseguinte, da prática diplomática. Dessa forma, cabe

⁴⁴ Sobre os paradigmas, Pinheiro afirma: “Enquanto o *americanismo* foi definido como um paradigma que concebia os Estados Unidos como eixo da política externa, donde uma maior aproximação a Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação, o *globalismo*, concebido como uma alternativa ao anterior, contrapunha a esta tese aquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento de seu poder de barganha no mundo, inclusive junto aos Estados Unidos (Lima, 1994:35-36)”. Pinheiro, 2000, p.308. Este ponto será trabalhado ainda no Capítulo 4.

⁴⁵ Estes podem ser representativos de um indivíduo, da corporação, do Estado ou do misto destes.

⁴⁶ Koselleck, *op. cit.*, p.250.

⁴⁷ Para trabalhos que analisam de alguma forma esse arcabouço ideacional para o caso da política externa brasileira, veja Arbilla, 1997 e 2000, e Vieira, 2001.

perguntarmos: como os operadores de política externa, em especial os diplomatas, constroem a idéia da tradição a partir da produção de uma memória institucional na qual a história intelectual diplomática reproduz a narrativa de continuidade e permanência das propostas de inserção internacional para o Brasil?

Uma pista para responder essa pergunta é colocada por Kratochwil ao afirmar que “[p]recisely because social reality is not simply ‘out there’ but is made by the actors, *the concepts we use are part of a vocabulary that is deeply imbricated with our political projects.*”⁴⁸ De fato, em uma instituição em que a tradição e a continuidade são supervalorizadas, a expectativa é que alguns conceitos-chave se mantenham ao longo dos anos no vocabulário da prática política e, principalmente, no arcabouço conceitual. A utilização de um conceito presente no discurso de Rio Branco no debate contemporâneo, por exemplo, cria uma sensação, senão de continuidade, de herança intelectual e política, ao mesmo tempo em que requer sua re-significação de acordo com seus próprios projetos políticos.

Dessa forma, argumento que parte do mecanismo de construção da memória institucional atua na elaboração de uma história intelectual diplomática: a utilização dos mesmos conceitos, porém com significados distintos, localiza a produção intelectual em um grupo específico, conferindo coerência à organização e legitimidade aos atores que a manipulam ao mesmo tempo que atribui a eles um lugar em uma narrativa maior da história da instituição. Assim, podemos afirmar que é através da apropriação, manipulação, atualização e re-significação de idéias institucionalizadas pela história intelectual diplomática pelos operadores de política externa de acordo com as contingências e os projetos políticos destes que a memória institucional e, conseqüentemente, a tradição é (re)construída.⁴⁹

⁴⁸ Kratochwil, *op.cit.*, p.11, grifo meu.

⁴⁹ Este processo, contudo, não é óbvio: primeiro porque nem toda burocracia tem uma tradição intelectual própria, sendo esta uma das particularidades do Itamaraty; segundo, porque a idéia da *tradição* em política externa serve justamente para atenuar as mudanças e os processos agenciais, isto é, a imprevisibilidade, a incerteza e a contingência de escolhas políticas.

1.4. Apresentação dos capítulos

O capítulo seguinte, intitulado “Idéias, Conceitos e Política Externa”, delinea a abordagem teórica utilizada nessa dissertação ao revisar as contribuições no debate entre idéias, conceitos e política externa e suas aplicações empíricas no campo da política externa brasileira. Ao fim, espero apontar para a construção de uma nova chave de leitura para se trabalhar com problemas semelhantes ao abordado nessa pesquisa.

O capítulo 3 - “Personagens da memória institucional do Itamaraty: o lugar de mitos políticos na reprodução de uma tradição” – analisa os mitos políticos associado ao momento fundacional da tradição do Itamaraty. A construção de personagens sobre a figura de atores-chave da política externa da Primeira República e sua alocação no funcionamento da memória institucional é crucial para a manutenção dos mitos políticos que alimentam a tradição. Barão do Rio Branco como patrono, Joaquim Nabuco no papel de herói e Oliveira Lima como o anti-herói da memória institucional compõem o Panteão da Memória analisado nesse capítulo.

O capítulo seguinte, “A política externa brasileira na Primeira República: Idéias, conceitos e projetos políticos divergentes”, tem como objetivo analisar os sistemas conceituais das propostas de inserção internacional brasileira na Primeira República tendo como recorte as principais figuras simbólicas da instituição apresentadas no capítulo anterior. Procuo estabelecer os principais conceitos que sustentam as propostas de inserção internacional de cada ator e demonstrar como a utilização destes conceitos está relacionada com os projetos políticos individuais, além de analisar como o uso de alguns conceitos em oposição a outros indica embate político e as estratégias assumidas por cada um desses intelectuais políticos.

Já o capítulo 5 – “Mudança e Continuidade no processo de construção da tradição: o caso da Política Externa Independente (PEI)”- analisará primeiramente como tanto a academia de Relações Internacionais no Brasil quanto os operadores de política externa brasileira constroem leituras distintas do período conhecido como “Política Externa Independente” a partir dos elementos que desejam sublinhar: continuidade com governos anteriores e/ou ruptura na história

diplomática. Estas leituras estarão diretamente relacionadas com o estatuto que se deseja conferir ao período dentro da narrativa da tradição – por exemplo, paternidade a projetos de política externa posteriores ou caminho inevitável da evolução histórica da política externa brasileira. Em seguida, procedo à análise das gestões de Afonso Arinos de Melo Franco e de Francisco Clementino de San Tiago Dantas para observar como os dois chanceleres manipulam, re-significando e atualizando, o conceito de “pan-americanismo” de forma a compreender elementos de seus próprios projetos políticos. Demonstro ainda como esse movimento de atualização do conceito, importante no debate político desde a Primeira República, corresponde não só a anseios de se legitimar dentro do Itamaraty (visto que os dois atores são parlamentares sem ligação oficial com o MRE) e de desfazer oposições na arena doméstica a um conteúdo da PEI visto como “radical” (a negação da tradicional aliança com os Estados Unidos), como de reposicionar o Brasil em suas relações com os Estados Unidos dentro do cenário da Guerra Fria.

A Conclusão, por fim, retomará diretamente a discussão da construção da memória institucional por meio da análise de um projeto específico de produção de uma dessas histórias na década de 1990. A produção de um documentário audiovisual no âmbito do Itamaraty, através de sua coordenação pelo então ministro das Relações Exteriores e por ex-chanceleres, com o objetivo explícito de contar a história da política externa brasileira demonstra, mais uma vez, como esses mecanismos estão diretamente relacionados aos projetos políticos - e com os interesses em lembrar e esquecer -, além de apontar para a indistinção nesta área entre história *da* corporação diplomática (produzida por ela ou ainda quando a assume como tema central da narrativa), *história diplomática* e *história da política externa brasileira*. Quando estes termos se tornam sinônimos, perpetua-se, para além do escopo do Itamaraty, o poder da tradição.